

CONCURSO PETROBRAS

TÉCNICO(A) AMBIENTAL JÚNIOR

Petróleo, Legislação e Licenciamento Ambiental

Questões Resolvidas

QUESTÕES RETIRADAS DE PROVAS DA BANCA CESGRANRIO



Produzido por Exatas Concursos

www.exatas.com.br

rev.1a

Índice de Questões

Prova: Técnico(a) Ambiental Júnior - Petrobras 2012

Q29 (pág. 2), Q41 (pág. 1), Q42 (pág. 3), Q43 (pág. 4), Q44 (pág. 4),
Q45 (pág. 6), Q46 (pág. 5), Q47 (pág. 7), Q48 (pág. 8).

Prova: Técnico(a) Ambiental Júnior - Petrobras 2010-2

Q41 (pág. 10), Q42 (pág. 9), Q43 (pág. 11), Q44 (pág. 12), Q45 (pág. 15),
Q46 (pág. 13), Q49 (pág. 14), Q50 (pág. 16).

Prova: Técnico(a) Ambiental Júnior - Transpetro 2011

Q23 (pág. 17), Q24 (pág. 18).

Prova: Técnico(a) Ambiental Júnior - Petrobras 2010-1

Q28 (pág. 19), Q29 (pág. 20), Q30 (pág. 21), Q41 (pág. 23), Q42 (pág. 22),
Q43 (pág. 24), Q44 (pág. 29), Q45 (pág. 26).

Prova: Técnico(a) Ambiental Júnior - Petrobras Biocombustível - 2010

Q25 (pág. 27), Q26 (pág. 28), Q31 (pág. 30), Q33 (pág. 31), Q36 (pág. 32),
Q38 (pág. 34).

Prova: Técnico(a) Ambiental Júnior - Petrobras 2008

Q25 (pág. 35), Q27 (pág. 36), Q28 (pág. 37), Q29 (pág. 33), Q40 (pág. 38),
Q43 (pág. 39), Q44 (pág. 40), Q45 (pág. 41), Q46 (pág. 42), Q47 (pág. 44),
Q48 (pág. 43), Q49 (pág. 45).

Número total de questões resolvidas nesta apostila: 45

Questão 42

(Técnico(a) Ambiental Júnior - Petrobras 2008)

A Lei Federal 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e estabelece uma lista de crimes contra a fauna e a flora. Um exemplo de crime contra a flora, de acordo com o que determina essa lei, é

- (A) fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios em florestas.
- (B) promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno.
- (C) pescar mediante a utilização de explosivos.
- (D) produzir, comercializar ou armazenar produto ou substância tóxica em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.
- (E) executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença.

Resolução:

- (A) CORRETA. De acordo com o Artigo 42 da Lei Nº 9.605 de 1998, fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano, **constitui crime contra a flora**, com pena de detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
- (B) INCORRETA. Conforme o Artigo 64 da Lei Nº 9.605 de 1998, promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida, constitui crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.
- (C) INCORRETA. Segundo o Inciso I do Artigo 35 da Lei Nº 9.605 de 1998, pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que em contato com a água, produzam efeito semelhante, constitui crime contra a fauna.
- (D) INCORRETA. De acordo com o Artigo 56 da Lei Nº 9.605 de 1998, produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos, é crime ambiental, entrando na lista de crimes da Seção III desta Lei: da poluição e outros crimes ambientais.

(E) INCORRETA. Segundo o Artigo 55 da Lei Nº 9.605 de 1998, executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida, é crime ambiental, estando na categoria de “poluição e outros crimes ambientais”.

Alternativa (A)

Questão 43

(Técnico(a) Ambiental Júnior - Petrobras 2008)

A Lei 9.433/97 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamentando o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal. Assinale a opção que apresenta um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

- (A) Auditorias Ambientais.
- (B) Agência Nacional de Águas.
- (C) Planos de Recursos Hídricos.
- (D) Sistema de Informações sobre o Meio Ambiente.
- (E) Comitês de Bacia Hidrográfica.

Resolução:

Segundo o Artigo 5º da Lei Nº 9.433 de 1997, são instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

- I - **os Planos de Recursos Hídricos;**
- II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;
- III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;
- IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- V - a compensação a municípios;
- VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica, citados na “alternativa E” da questão, conforme o Artigo 33 da referida Lei, integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sendo órgãos colegiados da gestão de recursos hídricos, mas não constituem um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Alternativa (C)